


ENTRE ONDAS, MEMÓRIAS E OSSADAS: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CEMITÉRIO DE MANGUINHOS/RJ

BETWEEN WAVES, MEMORIES AND BONES: THE CASE OF THE ARCHAEOLOGICAL SITE CEMETERY OF MANGUINHOS/RJ


Paula Oliveira de Souza

 <https://orcid.org/0009-0008-4061-6551>

Correspondência: paulasouzahist@gmail.com

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil.


Luisa Silva Rocha

 <https://orcid.org/0009-0009-0301-3505>

Correspondência: luisasilvarocha12@gmail.com

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil.


Júlia Ermínia Riscado

 <https://orcid.org/0000-0002-0840-0856>

Correspondência: julia_riscado@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Simonne Teixeira

 <https://orcid.org/0000-0002-2476-8247>

Correspondência: simonne@uenf.br

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2026.96733

Recebido em: 5 fev. 2026 | **Aceito em:** 12 maio 2026

RESUMO

Entre ossadas reveladas pelas marés e memórias que insistem em permanecer, o cemitério de Manguinhos/RJ testemunha a violência do passado e a luta pela dignidade no presente. Este artigo analisa o sítio arqueológico histórico da Praia de Manguinhos, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, como um lugar de memórias difíceis, marcado pela violência do tráfico transatlântico de africanos escravizados. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, que articula História, Arqueologia, Antropologia e estudos sobre memória e patrimônio, examinamos as descobertas arqueológicas realizadas no local desde a década de 1990, bem como as tensões envolvendo a comunidade quilombola de Barrinha, situada nas proximidades. O trabalho destaca as disputas simbólicas e políticas em torno da gestão desse patrimônio, problematizando as práticas institucionais e dos especialistas que afastam as comunidades tradicionais da participação efetiva na preservação de sua própria história. Ao abordar o caso de Manguinhos, o artigo propõe reflexões sobre acesso patrimonial, memórias traumáticas



e o poder que os patrimônios possuem de serem simultaneamente espaços de dores e resistências.

Palavras-chave: patrimônio difícil; gabinete de arqueologia; GP oficina; memória quilombola; justiça social.

ABSTRACT

Between skeletal remains revealed by the tides and memories that insist on remaining, the Manguinhos/RJ cemetery bears witness to the violence of the past and the struggle for dignity in the present. This article analyzes the historical archaeological site of Praia de Manguinhos, on the northern coast of the state of Rio de Janeiro, as a place of difficult memories, marked by the violence of the transatlantic slave trade. From an interdisciplinary perspective, articulating History, Archaeology, Anthropology, and studies on memory and heritage, we examine the archaeological discoveries made at the site since the 1990s, as well as the tensions involving the quilombola community of Barrinha, located nearby. The work highlights the symbolic and political disputes surrounding the management of this heritage, problematizing the institutional and expert practices that distance traditional communities from effective participation in the preservation of their own history. By addressing the case of Manguinhos, the article proposes reflections on heritage access, traumatic memories, and the power that heritage possesses in being simultaneously spaces of pain and resistance.

Keywords: difficult heritage; archaeology office; GP oficina; quilombola memory; social justice.

1 INTRODUÇÃO

Em sua tese de doutoramento, Sueli Carneiro (2005) se apropria do termo epistemicídio, criado por Boaventura Sousa Santos (1998), para abordar o ato de anulação ou desqualificação do conhecimento produzido por grupos historicamente subjugados. Trata-se de um processo de produção da indignância cultural pela negação ao acesso à educação formal, criando uma persistente condição de inferiorização intelectual. Ao limitar ou negar o direito do outro em ter acesso à informação, retira-se o direito de produzir conhecimento, de informar, de narrar suas próprias histórias, de questionar outras abordagens sobre si, de produzir conhecimento e de instrumentalizar esse “outro”, de modo que ele possa participar dos espaços institucionais e políticos.

Para Victor Leonardi (1996), a modernidade, fundada em uma perspectiva eurocêntrica ocidental, promoveu o aniquilamento do outro ao estruturar um mundo à sua imagem nos demais continentes. Nesse sentido, o reconhecimento de um passado difícil, como apontou Sharon Macdonald (2009), contribui para uma reconciliação pública capaz de construir uma identidade contemporânea positiva e autoafirmada. Entretanto, por atestarem a violência de acontecimentos ou regimes passados, o reconhecimento público

tende a ser motivado por descobertas arqueológicas e estudos históricos, gerando interesse patrimonial dos meios de comunicação, de turistas e da comunidade local.

Para Ana Lúcia Araújo (2010), a emergência do fenômeno memorial em torno da escravidão e do tráfico de escravizados para a Ásia, América e Europa tem como pano de fundo seus usos políticos na contemporaneidade. Demandas políticas de reparação aliadas a iniciativas de organismos internacionais como as Nações Unidas, estimularam as produções acadêmicas e a criação de legislações nacionais sobre o tema.

No campo dos direitos humanos, o conceito de justiça social passou a ser utilizado como instrumento fundamental de contraposição à ordem normativa no cenário internacional, que provoca uma modelação dos comportamentos humanos impostos pela difusão e pela internalização de uma suposta superioridade eurocêntrica. Trata-se, assim, de compreender os direitos humanos a partir da ótica construtivista (Sen, 2000), ou seja, mais como um campo de deliberação política, aberto às demandas de grupos discriminados ou em situação de risco. Nancy Fraser (2001), ressaltou que a realização de justiça requer tanto redistribuição material quanto reconhecimento cultural, reconhecendo que as relações de poder devem ser pensadas também a partir das interações sociais, entendendo que o sistema dialógico não é neutro ou autônomo.

Em 1993, a Conferência de Viena reafirmou a relevância dos direitos humanos e sua relação necessária com a democracia e o desenvolvimento ao considerar que o sujeito central deveria ser a pessoa e não mais o Estado. Assim que, à medida que a democracia se espalhou pela maioria dos estados do mundo ao longo das últimas três décadas, muitos acadêmicos, políticos, ativistas e administradores de ajuda humanitária deixaram de perguntar por que é que as transições de modelos governamentais acontecem e passaram a perguntar como são as modelagens democráticas. Esta nova abordagem centra-se no que torna uma democracia “boa” ou “melhor” e na forma como as melhorias podem não só ser medidas, mas também encorajadas.

No Brasil, a mudança no posicionamento do Estado se mostrou tímida apesar da adoção de medidas importantes, como a criação do Grupo Interministerial para a Valorização da População Negra (GPI). Instituído por meio do decreto de 20 de novembro de 1995, o GTI tinha “como expectativa, ao longo deste governo [Fernando Henrique Cardoso], inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada” (Brasil, 1998, p. 39). Sem recursos próprios e com um corpo técnico pequeno frente às atribuições previstas, o GTI não conseguiu avançar em seu propósito inicial.

Na década seguinte, em 2001, o país participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban. O plano de ação elaborado ao final do encontro atentou para a responsabilidade dos Estados na elaboração e na implementação de planos de ações com foco na diversidade, na justiça social, equidade no acesso aos mecanismos de participação e igualdade de oportunidades.

Uma medida proposta pela representação do Brasil no Comitê Científico Internacional da UNESCO foi a organização do inventário dos “Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil” a ser incorporado ao Projeto “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade”. A iniciativa procurou, em parceria com o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF), “trazer à tona histórias ocultadas, intervir na construção de memórias públicas e sensibilizar variados públicos para a tragédia humana da escravidão e do tráfico” (Mattos, Abreu e Duran, 2014, p. 256).

A produção de um inventário era parte de uma medida de revisitação e de construção de novas formas de rememoração em torno da escravidão. Priorizar os locais de memória, amparado em evidências documentais, escritas e orais, objetivou demarcar a presença e o legado dos africanos recém-chegados ao país. A partir do acesso e da difusão informacional sobre o tema esperava-se, ainda, municiar a reivindicação de descendentes de africanos escravizados em vias de reparação material e simbólica.

O sítio arqueológico histórico localizado na Praia de Manguinhos, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, expõe como a materialidade da violência (Lima, 2013) norteou a percepção da história e da memória como patrimônios que precisavam ser lembrados e valorizados.

2 METODOLOGIA

Esta breve inquietação adotou uma abordagem qualitativa, articulando levantamento bibliográfico com uma aproximação à comunidade Quilombola de Barrinha/RJ, localizada nas proximidades do sítio arqueológico do cemitério da Praia de Manguinhos, há apenas 2 km. O referencial teórico-metodológico foi desenhado para abarcar temas centrais a esta pesquisa, tais como memória social e lugares de memória (Pollak, 1989; 1992), patrimônio difícil (Macdonald, 2009) e epistemicídio (Santos, 1998;

Carneiro, 2005), bem como as dinâmicas do tráfico atlântico de pessoas escravizadas. Além da investigação bibliográfica, a pesquisa incluiu uma aproximação in loco à comunidade Quilombola de Barrinha. Nesse contexto, realizamos um encontro com a liderança local, no qual foi conduzida uma entrevista qualitativa de caráter aberto.

Inicialmente, antes da visita ao Quilombo, foram realizadas leituras sistemáticas de livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais, este último desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural (GP Oficina) certificado pelo CNPq e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS). O GP Oficina tem atuado ao longo de mais de 20 anos em pesquisas voltadas às políticas culturais e de preservação, fomentando a identificação, o estudo e a produção científica sobre o patrimônio cultural regional. Além disso, o GP vem pesquisando sobre os sítios arqueológicos da região Norte/Noroeste Fluminense, o que culminou numa formação de um acervo diversificado advindo de prospecções arqueológicas e recebimento de material por parte da comunidade do entorno.

Ao longo dos anos de 2022 a 2024, foi desenvolvido um plano curatorial para a criação de um espaço que pudesse abrigar, conservar, expor e comunicar estes objetos arqueológicos. Com isso, a Reserva Técnica Visitável Gabinete de Arqueologia¹ (GabArqueo) abrigada na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) foi concebida com o objetivo de ser um espaço que desenvolve pesquisas, mas que preserva, capacita e informa sobre o patrimônio arqueológico Norte/Noroeste Fluminense, sobretudo, sobre as memórias, identidades e a história local.

Neste acervo, há exatamente 117 fragmentos ósseos provenientes da Praia de Manguinhos, trazidos por populares para a Universidade, no entendimento de que este era o espaço propício para o recebimento. A partir disso, houve uma inquietação para se investigar não somente o artefato isolado (as ossadas), como também compreender como a população que mora perto do sítio arqueológico histórico, e em especial, os moradores do Quilombo, se veem frente ao sítio; se o considera como um espaço de memórias traumáticas; ou local de ressignificação; ou até mesmo, se possuem algum entrelaçamento de suas histórias com o cemitério de escravizados.

Diante disso, foi optado por uma abordagem aberta e dialógica visando respeitar e valorizar a espontaneidade da narrativa comunitária, permitindo que expressassem livremente suas vivências e interpretações. Assim como afirma Bringmann (2012, p. 11)

¹Atualmente o Gabinete de Arqueologia está aberto recebendo diversas visitas ao espaço. Para conhecer mais sobre o projeto acesse o perfil oficial na plataforma do *Instagram*: @gabinetedearqueologia

“através da linguagem, um simples povoado ou uma nação inteira podem expressar sua maneira de pensar e, conseqüentemente, atuar enquanto sujeitos históricos”. Portanto, tal escolha metodológica está alinhada com perspectivas críticas e decoloniais de pesquisa, que reconhecem a importância da escuta sensível e do protagonismo das comunidades tradicionais na produção e circulação de conhecimentos.

3 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO PRAIA DE MANGUINHOS

O sítio arqueológico histórico Praia de Manguinhos² (RJ00526/INEPAC 213.05.04), localizado na Praia de Manguinhos, no município de São Francisco de Itabapoana – interior do estado do Rio de Janeiro, estaria associado a um cemitério de escravizados localizado na Fazenda Salinas, pertencente ao traficante André Gonçalves da Graça, o qual determinava o destino dos cativos que ali desembarcavam: alimentar as fazendas em São João da Barra/RJ³ (Mendonça *et al.*, 1994). Desse modo, o sítio corresponderia aos períodos dos séculos XVIII e XIX, mais precisamente o ápice da importação de escravizados para a localidade que alimentaria a expansão econômica Fluminense, remetendo-se assim, ao período do ciclo canavieiro no litoral do Norte Fluminense (Mendonça *et al.*, 1994).

Inicialmente a região ocupada por populações pré-históricas correspondendo aos povos dos sambaquis e, subsequente, pelos indígenas Goitacá, teria recebido os primeiros colonizadores europeus no século XVI. Em 1991, houve uma escavação extensiva do cemitério de Manguinhos através de um detalhamento do Programa Arqueológico Norte Fluminense (PANF) que almejava o mapeamento, prospecção e pesquisa dos sítios arqueológicos históricos dos municípios localizados à margem esquerda da faixa litorânea, entre os rios Itabapoana e o Rio Paraíba do Sul, ao Norte do Estado do Rio de Janeiro (Mendonça *et al.*, 1994).

O Projeto intitulado “Vila da Rainha” foi realizado por pesquisadores que registraram, escavaram e identificaram o cemitério como sendo de escravizados (Mendonça *et al.*, 1994). Inicialmente, o Projeto Vila da Rainha teve como enfoque esta região realizando uma escavação de sondagem para a verificação de uma hipótese: a de

²Registrado pelo Iphan e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) tendo como coordenadas UTM: 10m – 24K – 0288592 – 7625221.

³É importante destacar que neste período São Francisco de Itabapoana pertencia a São João da Barra, tendo sua emancipação no ano de 1995.

corresponder a um sítio histórico contendo remanescentes da Vila da Rainha de Pero de Góis da Silveira, donatário da Capitania Hereditária de São Tomé (Mendonça *et al.*, 1994). Ainda que as escavações realizadas em 1991 não tenham atingido o foco inicial para a localização da primeira ocupação territorial brasileira, o achado do cemitério de escravizados de Manguinhos acabou por confirmar que este local corresponde a um sítio do ciclo canavieiro, mesmo tendo surgido inúmeras interpretações para a existência de ossadas humanas enterradas na areia da praia, sendo conferida pelos pesquisadores, “ora como um local de massacre, ora de enterramentos de escravos, ora como um cemitério indígena, ou como um cemitério jesuítico” (Mendonça *et al.*, 1994, p. 30-31).

Uma característica que chamou a atenção dos profissionais naquela época é que nenhum enterramento mostrava algum acompanhamento funerário, vestimentas ou objetos pessoais, sugerindo dessa forma que os sujeitos foram enterrados nus ou envoltos em panos, com comprovação de ossadas de adultos e crianças (Mendonça *et al.*, 1994). Com isso, através de exames da posição corporal e seu arranjo paralelos à linha da praia, os pesquisadores sugeriram que o cemitério fosse realmente designado a sujeitos de “um segmento social pouco privilegiado, possivelmente escravos” (Mendonça *et al.*, 1994, p. 52).

Assim, como relatado Mendonça *et al.* (1994) a partir de pesquisas realizadas com os antigos moradores da localidade, foi possível observar que nenhum dos residentes lembravam dos enterramentos neste cemitério; já alguns comentaram sobre a existência de lápides que não foram encontradas; outros relataram que antes da escavação todo o local era coberto por densa vegetação secundária que obviamente certificou sua preservação perante ao avanço do mar, isso atrelado à maneira como a ossada foi encontrada, demonstrando que a ocupação era bem antiga. Dessa forma, desde a década de 90 a praia de Manguinhos vem sofrendo um processo de erosão ocasionada pelo fenômeno do avanço do mar, em decorrência das mudanças climáticas que acabam “revelando” os restos ósseos aos visitantes e aos moradores.

3.1 O Tráfico Ilegal

A partir das pesquisas arqueológicas e bioesqueletais realizadas por Mendonça *et al.* (1994), foi identificado que a ossada encontrada na Praia de Manguinhos vincula-se a pessoas negras de origem africana. Como já relatado, a área do cemitério estaria

localizada em um território que pertencia a traficantes de escravizados⁴ e conferiria como um porto ilegal após a Lei Eusébio de Queiróz (1850). Pereira (2011; 2019; 2024) confirma por meio de suas pesquisas que a Praia de Manguinhos seria um “porto abastecedor de africanos para a região, mesmo após a proibição do tráfico de africanos” (Pereira, 2024, p. 3), configurando este local como um espaço de recebimento de africanos durante o período de ilegalidade, após 1850.

Assim, como afirma o autor, tal comprovação realizada anteriormente na década de 90 coaduna com a hipótese de que ali se encontram sepultados africanos que acabaram não resistindo à travessia do Atlântico para a América ou os que vieram a perecer logo após realizados os desembarques, sendo assim, despejados em valas coletivas na faixa litorânea da Praia de Manguinhos.

No dia 30 de abril de 1851, um palhabote chamado Segundo que vinha de Cabinda com 200 africanos, foi apreendido na margem capixaba do rio Itabapoana, no município de Itapemirim, no limite com o Rio de Janeiro. Os 15 africanos mortos após o desembarque foram sepultados próximo ao local da apreensão. O local onde o palhabote foi detido, seguindo um percurso pelas praias vizinhas, ou pelo mar, em linha reta, fica a mais uma distância aproximada de 25 quilômetros da praia de Manguinhos e de seu cemitério. Portanto, é provável que os africanos mortos tenham sido levados até lá para serem enterrados (Mattos, 2024, p. 4).

Após a lei de 1850, que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, traficantes e negreiros do Rio de Janeiro iniciaram uma tentativa de burlar esta normativa através das entradas pelo mar fluminense até a Província do Espírito Santo, aproveitando-se do vazio demográfico ou como denomina Pereira (2011, p. 1) do “poroso litoral”. Há dois fatores primordiais que levaram a lei Eusébio de Queiróz a não ser cumprida: o primeiro relaciona-se à necessidade de abastecimento de mão-de-obra cativa para a expansão da economia cafeeira em Minas Gerais; o segundo refere-se ao atendimento do mercado interno, uma vez que, com a decadência da atividade canavieira no Nordeste e o boom

⁴Como relatado por Pereira (2024, p. 4), André Gonçalves da Graça e Joaquim Thomaz de Faria eram fazendeiros das terras tendo a Praia de Manguinhos em suas extensões territoriais. Ambos receberam títulos imperiais demonstrando uma certa eminência social e econômica dos fazendeiros de São João da Barra. Tanto Graça quanto Faria foram denunciados pela Lei Eusébio de Queiróz (Lei instituída em 4 de setembro de 1850), que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, sendo acusados pelo crime de tráfico. Assim como afirma João Oscar (1985), André Gonçalves foi um dos maiores traficantes que já existiu no Norte fluminense, fornecendo cativos aos proprietários rurais de Campos dos Goytacazes, Minas Gerais, São Fidélis e Alhures.

açucareiro no Sudeste a partir do final do século XVIII, grande parte da mão-de-obra escravizada foi deslocada para essa região (Pereira, 2011).

Nesse contexto, observa-se o aumento dos desembarques de africanos na região Norte fluminense e capixaba, como parte da estratégia de atendimento às demandas das províncias. O porto de Manguinhos assume, assim, papel central nesse circuito ilegal, tornando-se um ponto estratégico tanto para traficantes de São João da Barra quanto de outras localidades do Noroeste fluminense (Oscar, 1985). Além de funcionar como local de desembarque clandestino, o porto também era utilizado para o enterramento daqueles que não resistiam às condições extremas impostas pelas travessias atlânticas (Pereira, 2024).

Atualmente, esse espaço configura-se como um importante lugar de referência memorial para os moradores locais, especialmente para a comunidade quilombola de Barrinha. As memórias associadas ao porto de Manguinhos, marcadas pela violência, pela morte e pelo sofrimento, são acionadas não apenas como lembrança de um passado traumático, mas também como instrumento de denúncia e contestação de narrativas históricas consagradas na região. Esse acionamento da memória opera, simultaneamente, como estratégia política e simbólica, conferindo à comunidade um lugar de poder nas disputas contemporâneas em torno do território, da identidade e do reconhecimento histórico, a partir da mobilização seletiva e situada do passado escravista para atender a interesses e reivindicações no presente, como observado em outras experiências de memorialização de comunidades negras, a exemplo do Memorial Machadinha (Carneiro; Borges, 2022).

Dessa forma, entrelaçar as narrativas dos quilombolas à situação atual do cemitério de escravizados da Praia de Manguinhos (que frequentemente expõe as ossadas) se constituem como lugares de memória (Pollak, 1992) que precisam ser vistos e revisitados como memórias traumáticas e carregados de violências coloniais. Contudo, também se formam como espaços que possibilitam novas narrativas e formações patrimoniais que acabariam por corresponder a perspectivas emancipatórias e inclusivas. Assim como relata Lima (2013, p. 188) em relação aos Cais do Valongo, onde este local “exala a opressão, racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade”, também se estrutura em um patrimônio composto de uma estimulação para a reflexão e inspiração de consciência social que favorece diretamente a transformação do espaço para o engajamento político e dialógico, sendo assim, colocado a serviço das lutas negras contra a desigualdade social, política e econômica.

4 MEMÓRIAS DIFÍCEIS NO QUILOMBO DE BARRINHA: PARA ONDE FOI A OSSADA?

Descrever e dialogar sobre a relação dos moradores do Quilombo com o sítio arqueológico de Manguinhos, identificado como um antigo cemitério de pessoas escravizadas, expressa de maneira exemplar, a complexidade das chamadas memórias difíceis descritas por Pollak (1989). Trata-se de uma memória coletiva marcada pela dor, pela violência histórica, mas também pela resistência e pela construção de identidades coletivas que se perpetuam no espaço-tempo. E, por mais que a entrevista tida com a líder comunitária não represente a totalidade do Quilombo, na posição de líder pode expressar de maneira individual e coletiva, os anseios, vivências e sentimentos que possuem frente ao cemitério de escravizados. Assim, como relatado por ela, a história daquele espaço é conhecida “desde que se entendem por gente”, constituindo uma memória incorporada e transmitida geracionalmente.

Nós temos acesso ao cemitério da Praia de Manguinhos desde que nascemos. Nos nossos conhecimentos, sempre soubemos que tem esse cemitério de escravos. Que minha mãe e meu pai contavam a história para a gente que o navio negreiro trazia os escravizados, os “foragidos” lá na África e traziam para serem escravos de senhores de engenho. E esses escravos vinham dentro do navio e não comiam, não havia comida. E os que não aguentavam chegar até aqui. Até ali no sobradinho, aquela casa ali. Ali onde escravos ficavam. E os que não aguentavam chegar morriam dentro do navio. E chegava ali em Manguinhos para desembarcar, os que tavam mortos cavavam um buraco e os enterravam lá. E virou um cemitério. E os que “guentavam” era distribuídos naquele salão que ainda tem ali, que tem um porão embaixo, que iam para a fazenda de Santana. E os mais sabidos fugiam, se “embrenhavam” pelo matagal e viravam uma família (Líder Quilombola, 2025).

O relato da líder sintetiza as chamadas memórias traumáticas, recordações passadas que acabam persistindo e impulsionando novas feridas no presente. Meneses (2018, p. 4) define essas memórias traumáticas como “a face de maior força em nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste”. A líder vive uma “pós-memória” (Meneses, 2018, p. 5), ou seja, uma memória de segunda mão, não vivenciada, mas incorporada como particular no seu contexto familiar. Por mais que ela não tenha experienciado diretamente esses fatos, esta memória está enraizada em sua história familiar, sendo uma forma de conduzir o trauma para que não venha a se tornar uma amnésia individual e coletiva. Pois, o trabalho da

memória é o de contar uma história (Meneses, 2018), ligando o passado ao presente e expondo tudo aquilo que não pode ser esquecido, tornando-se um “passado que não passa (...) um luto que não se completa” (p. 13).

Como Meneses (2018, p. 4) destaca, há uma certa dualidade diante das memórias traumáticas, onde “ao mesmo tempo que a participação dos sujeitos é um fator de democratização e de politização” é no estado particular, individual que estes expõem suas feridas abertas. Assim, em uma conversa de mais de duas horas, a líder compartilhou relatos que condensam a experiência histórica do sofrimento e da resistência associadas ao Quilombo ao cemitério de Manguinhos, e de certa forma, como isto acabou por impactar sua memória individual e coletiva.

O relato da liderança quilombola evidencia o caráter da chamada “memória subterrânea” (Pollak, 1989), que se mantém ativa apesar dos prolongados processos históricos de silenciamento e apagamento social. Trata-se de uma memória que não se limita ao plano simbólico e discursivo, mas que se atualiza e se materializa nas práticas cotidianas da comunidade. O trabalho tradicional com as ostras, nesse sentido, constitui um elo material, afetivo e territorial com o espaço ancestral, articulando experiência, sobrevivência e lembrança.

Ao narrar sobre o mar, a interlocutora descreve a bravura das águas, observada desde a infância, ressaltando que as ondas agitadas frequentemente invadem as casas e fazem emergir os ossos na praia, reatualizando de forma sensível e violenta as marcas do passado. Em seu depoimento, afirma:

nós somos criadas por ostras e essas ostras tiramos nas pedras perto do cemitério, porque tem uma época que a maré seca, aí aparece um monte de pedra e assim aparece as ostras. As mulheres vêm com as ostras na cabeça de lá (do cemitério) até aqui (Líder quilombola, 2025).

Esse ofício narrado por ela descreve o cotidiano das mulheres quilombolas nos processos de apropriação territorial, onde a tradição e os seus saberes ligam-se ao seu território e fazem com que elas construam uma unidade carregada de saberes e experiências, conectando o Quilombo ao cemitério de escravizados. É interessante salientar que a partir da fala da liderança quilombola, onde as mulheres “catavam” ostras perto do cemitério de Manguinhos, acaba por revelar-se de certa forma, que o local não é visto pela comunidade como um espaço distante, onde não deveria haver interações, por

carregar histórias impregnadas de violências e opressões, mas como um local que participa da paisagem e vivência do Quilombo.

A líder também expressou uma profunda insatisfação com a forma como as intervenções arqueológicas vêm sendo conduzidas no cemitério de Manguinhos. Segundo o relato, as ações de pesquisa e escavações arqueológicas são realizadas sem consultas ou notificações prévias à comunidade Quilombola, o que acaba distanciando a comunidade de participar de questões sobre seus próprios patrimônios e o acesso ao acervo recolhido. Bruno (2020, p. 11) evidencia a importância dos acervos arqueológicos e como têm sido utilizados para o entendimento das identidades culturais, temporalidades e territórios, usados como “forças para as negociações culturais, para a administração dos sistemas de memória e para a opressão social e econômica”. Como também, sendo referências memoriais e culturais, servindo para educar para o patrimônio, bem como para os direitos humanos e identidades (p. 11).

A gente sabia que catam esses ossos, não sabemos para onde levam; tem um pessoal que pegava, sabemos por notícia. E nesses ossos pode até ter os ossos dos meus antepassados. E nós que somos quilombolas, que têm nossos antepassados lá, que tem uma história lá, não somos notificados. Para onde foi a ossada? Não podem chegar aqui, escavar e levar coisas que pertencem aos quilombolas (Líder Quilombola, 2025).

Esse questionamento explicita não apenas uma disputa em torno dos materiais arqueológicos, mas, sobretudo, uma reivindicação de reconhecimento político e de participação ativa na gestão do patrimônio cultural. Pereira (2015) ressalta sobre esta questão em relação ao estabelecimento de políticas públicas voltadas tanto para a preservação quanto para a valorização dos acervos arqueológicos, permitindo dessa maneira, a sua salvaguarda e acesso para as gerações futuras. A autora ainda salienta que há diversos desafios sobre a gestão dos acervos arqueológicos, salientando que a “implementação de uma política de acervos eficientes” (p. 106) deve ser colocada em prática. Diante disso, a indagação realizada pela líder, “*Para onde foi a ossada?*” representa uma inquietação frente a uma gestão ineficaz, que acaba afastando as comunidades de participarem das decisões ligadas ao seu próprio patrimônio (Pereira, 2015).

Desde a década de 90, o sítio cemitério de Manguinhos vem sofrendo escavações sistematizadas e seus achados são encaminhados para Instituições de Guarda e Pesquisa

(IGPs) conferida pela Portaria nº 271/2025⁵, sendo as ossadas encontradas atualmente em diferentes localidades. Pelas falas da líder, ela não sabe onde estão localizadas as ossadas que já foram retiradas da praia, mas a partir de sondagens realizadas foi possível localizar o direcionamento das peças para diversos locais: uma parte compõe o acervo do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB); outra parte na Secretaria de Cultura do Município de São Francisco de Itabapoana, como relatado pelo então ex-secretário de cultura à um *podcast*⁶; outra parte no Museu Nacional⁷ (UFRJ/RJ) e uma parte no GabArqueo.

E por mais que o sítio arqueológico de Manguinhos se apresente como um patrimônio traumático carregando uma violência colonial, na atualidade este espaço pode ser reconduzido a um local de resistência, emancipação e apropriação comunitária, podendo se integrar a rede de Sítios de Memória e Consciência (SMC). Este projeto visa reunir instituições culturais e/ou museus que se dedicam a memórias traumáticas promovendo a educação cidadã e a luta pelos direitos humanos⁸. Rios (2023) salienta que a manutenção de locais que rememoram passados traumáticos tem se transformado em uma prática cada vez mais constante na atualidade, tornando-os em espaços de referência de um passado o qual não se deseja repetir.

Assmann (2013) cita que lidar com este passado carregado de violências representa um processo longo que exige a participação de toda a sociedade. Ou seja, exige tempo para que uma nova geração realize novas narrativas que impulsionem o trabalho sobre o passado traumático.

Quando indagada sobre o sentimento e anseios que possui frente a situação do sítio arqueológico, ela foi categórica:

⁵Substituindo a portaria nº 196/2016.

⁶Disponível em: <https://youtu.be/bIACWhU1g4c?feature=shared>

⁷Em *post* realizado no dia 14 de outubro de 2025 no *Instagram* do Museu Nacional lê-se: Um importante projeto relacionado à escravidão africana no Brasil está em andamento no município de São Francisco de Itabapoana, com foco na proteção do patrimônio arqueológico e no avanço do conhecimento histórico sobre esse período no norte fluminense. Trata-se do Cemitério da Praia de Manguinhos, localizado entre a faixa de maré e a área da Fazenda Salinas, o qual vem sendo ameaçado há décadas pela erosão costeira e pelas ressacas. “Como resultado, os remanescentes humanos ficam expostos, o que gera situações eticamente inaceitáveis, bem como comprometem a sua integridade”, avalia Andrea de Lessa Pinto, professora do Museu Nacional/UFRJ e coordenadora da pesquisa, que é autorizada e financiada pelo Iphan e conta com o apoio logístico da prefeitura local. A equipe é formada por estudantes e ex-estudantes do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu, o PPGArq. As escavações têm como propósito resgatar os remanescentes humanos, conter a destruição em curso e ampliar o conhecimento sobre práticas funerárias, saúde, dieta e modos de vida de africanos escravizados e seus descendentes entre os séculos XVIII e XIX. “É um trabalho essencial, de profundo respeito à memória dessas pessoas”, ressalta a arqueóloga Andrea Lessa. A comunidade quilombola da Barrinha, localizada a cerca de 2 km do sítio arqueológico sempre preservou a memória oral sobre os enterramentos no local. Link disponível em: <https://www.instagram.com/p/DPziad1CdKo/>

⁸Para saber mais, acesse: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/semana-nacional-de-visita-aos-sitios-de-memoria-e-consciencia-reforca-o-dia-dos-direitos-humanos-com-aco-es-em-todo-o-pais>

O sentimento é a busca de que fiquemos a par da situação, fazer parte. Temos antepassados lá e buscamos esse poder para ficar mais por dentro da situação. Estamos aqui e queremos resgatar as origens! Tenho orgulho de ser preta. Se todo mundo chegar lá e tirar foto, escavar e não conversar com a gente, o quilombola sempre vai ficando de lado, esquecido. E por isso nós estamos buscando esse poder que a gente possa ficar mais por dentro da situação. Dizer que somos quilombolas e dizer, olha, estamos aqui! Nós temos esse direito, estou aqui, sou um quilombola (Líder Comunitária, 2025).

Esse testemunho sintetiza, de maneira contundente, a potência das memórias difíceis como elementos estruturantes da identidade quilombola, evidenciando como o passado traumático da escravização é ressignificado através da resistência, da valorização das origens e da luta pelo direito à memória. Como salienta Pollak (1989), memórias silenciadas podem se tornar estratégias de reconstrução identitária, sendo reativadas por sujeitos e coletividades em processos de ressignificação e afirmação política. Nesse sentido, o reconhecimento do cemitério de Manguinhos como um espaço ancestral conecta diretamente a comunidade à sua história negada, transformando a dor em potência mobilizadora. A líder luta contra o que Lima (2013, p. 204) chama de “dupla e imerecida condenação”, ou seja, a chegada dos africanos na condição de escravizados foi marcada pelos esquecimentos e apagamentos produzidos pelo colonizador, mas serem esquecidos pelos seus descendentes e pela atualidade seria uma “dupla e imerecida condenação”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do sítio arqueológico do cemitério de Manguinhos exemplifica, de modo paradigmático, como o patrimônio cultural pode ser simultaneamente espaço de dor e resistência. A materialidade das ossadas expostas pela erosão marinha e pelas práticas arqueológicas revela um passado marcado pela violência do tráfico atlântico de africanos escravizados, mas também evidencia as potências das memórias subterrâneas, transmitidas oralmente e ressignificadas cotidianamente pela comunidade quilombola de Barrinha. Neste sentido, o cemitério de Manguinhos deve ser compreendido não apenas como um vestígio arqueológico ou um patrimônio difícil, mas como um lugar de memória ativa (Pollak, 1992), onde a história colonial e suas violências podem ser revisadas, criticadas e superadas.

Ao longo deste trabalho, demonstramos que o cemitério da Praia de Manguinhos, embora carregue a materialidade de um passado traumático e violento, constitui-se, na contemporaneidade, como um espaço de resistência, memória e reivindicação identitária. Mais do que um vestígio arqueológico, ele é um território vivo, apropriado politicamente pela comunidade quilombola de Barrinha, que luta pelo direito à memória e à participação ativa na gestão de seu patrimônio cultural. O questionamento lançado pela líder do quilombo “Para onde foi a ossada?” sintetiza não apenas a dor de um processo histórico de silenciamento, mas também a potência de uma memória subterrânea que insiste em emergir.

O caso de Manguinhos nos convida a pensar o patrimônio não como um objeto estático ou isolado, mas como um processo social em disputa, atravessado por relações de poder, memória e resistência. Reivindicar esse passado, reconhecê-lo e preservá-lo são passos essenciais para construir um futuro mais justo, plural e democrático. Que Manguinhos, com suas ondas, ossadas e histórias interrompidas, deixe de ser um espaço de esquecimento para se converter em um território de memória viva; guiado pela escuta, pelo pertencimento e pela luta coletiva por dignidade.

As ondas nos revelam aquilo que não podemos esquecer...

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ARAÚJO, Ana Lúcia. **Public Memory of Slavery: Victims and Perpetrators in the South Atlantic**. New York: Cambria Press, 2010. 466 p.

ASSMANN, Aleida. Entrevista “Lembrar para não repetir”. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p. 6-7, 10 jun. 2013. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_564_pagina_06e07web.pdf Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Construindo a Democracia Racial**. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

BRINGMANN, Sandor Fernando. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 4, p. 7-23, 2012.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 08-18, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Levi Alves Firme; BORGES, Luiz Carlos. Ressonância e aderência no Memorial Machadinho. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 30, p. e15, 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos** – História Social nos Sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o Cais do Valongo, Rio de Janeiro, séc. XIX. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 7, n. 1, p. 177-207, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11855/8592>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MACDONALD, Sharon. **Difficult heritage: negotiating the Nazi past in Nuremberg and beyond**. London: Routledge, 2009.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 27, n. 54, p. 255-273, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000200003>.

MENDONÇA, Sheila de Souza et al. **O Cemitério da Praia de Manguinhos: notícias sobre um sítio histórico de Guaxindiba, RJ**. Columbia: The College of Humanities and Social Sciences, University of South Carolina, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática**. Conferência proferida no 10º Encontro Paulista de Museus, Memorial da América Latina, São Paulo, 18 jul. 2018.

OSCAR, João. **Escravidão & engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PEREIRA, Daiane. **Reserva Técnica Viva: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert**. 2015. 160 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2015.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Comendadores no tráfico ilegal de africanos no Rio de Janeiro (1850-1852). **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 42, p. 1-27, 2024.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico ilegal de africanos e conexões interprovinciais. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/pereira%20walter%20luiz.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios Atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste brasileiro (c. 1830-c. 1860). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, n. 66, p. 79-100, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1989.

RIOS, Débora. Lugar de Memória, Lugar de Consciência: O Cais do Valongo e o debate sobre a escravidão no espaço público. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 25, p. 74-105, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La Globalización del Derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá, Colombia: ILSA; Universidad Nacional de Colombia. 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O artigo assinado é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.